

E.P. - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Publicado no Diário da Justiça.

107/02/92

Secretaria Administrativa

RESOLUÇÃO N° 02/92

DISPÕE SOBRE OS PROVENTOS DOS TITULARES DAS  
SERVENTIAS DO FÔRO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL,  
APOSENTADOS OU QUE VENHAM A SE APOSENTAR NA  
FORMA DA LEI (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, ART.  
257, §§ 5º E 6º).

ART. 1º - AS SERVENTIAS DO FÔRO JUDICIAL, CONSTITUÍ-  
DAS PELOS OFICIAIS DO RESPECTIVO FÔRO E NAS QUAIS TRAMITAM OS PRO-  
CESSOS DE QUALQUER NATUREZA, SÃO EXERCIDAS PELOS SEGUINTE SER-  
VIDORES:

- A) ESCRIVÃO TITULADO - PJ-STJ-101;
- B) ESCRIVÃO NÃO TITULADO - PJ-STJ-102;
- C) DISTRIBUIDOR - PJ-STJ-103;
- D) ESCRIVÃO SUBSTITUTO - PJ-STAE-201;
- E) ESCRIVENTE - PJ-STAE-202;
- F) OFICIAL DE JUSTIÇA - PJ-STAE-203;
- G) PORTEIROS DOS AUDITÓRIOS - PJ-STAE-204;
- H) AVALIADOR - PJ-STAE-205;
- I) DEPOSITÁRIO PÚBLICO - PJ-STAE-206;
- J) CONTADOR - PJ-STAE-207;
- L) PARTIDOR - PJ-STAE-208.

ART. 2º - AS SERVENTIAS DO FÔRO EXTRAJUDICIAL (SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO), NAS QUAIS SÃO LAVRADAS AS DECLARAÇÕES DE VONTADE E PRATICADOS OS ATOS DECORRENTES DA LEGISLAÇÃO SOBRE REGISTROS PÚBLICOS, SÃO EXERCIDAS EM CARÁTER PRIVADO, POR DELEGAÇÃO DO PODER PÚBLICO, E COMPREENDEM:

- A) TABELIONATOS;
- B) OFÍCIOS DO REGISTRO DE IMÓVEIS;
- C) OFÍCIOS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS;
- D) OFÍCIOS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS;
- E) OFÍCIOS DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS;
- F) OFÍCIOS DE PROTESTOS CAMBIAIS.

ART. 3º - EM NENHUM CASO OS ESCRIVÃES E TITULARES DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO DAS SEDES DAS COMARCAS, APOSENTADOS OU QUE VENHAM A SE APOSENTAR NA FORMA DA LEI, PODERÃO PERCEBER PROVENTOS INFERIORES A DOIS TERÇOS (2/3) DO QUE PERCEBE O JUIZ TITULAR DA COMARCA CORRESPONDENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - AOS DEMAIS TITULARES DE SERVENTIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, INCLUSIVE OS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE MUNICÍPIOS E DISTRITOS OU DE BAIRROS DAS SEDES DA COMARCA, FICAM ASSEGURADOS PROVENTOS, EM CASO DE APOSENTADORIA, CORRESPONDENTES A UM TERÇO (1/3) DO QUE PERCEBE O JUIZ TITULAR DA COMARCA CORRESPONDENTE.

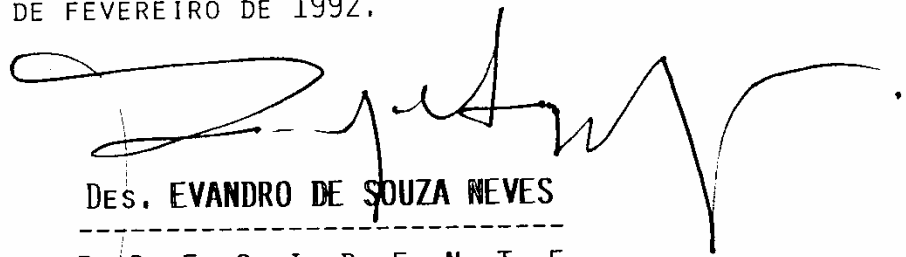
ART. 4º - OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA QUE ESTEJAM SENDO PAGOS EM DESACORDO COM ESTA RESOLUÇÃO, SERÃO IMEDIATAMENTE AJUSTADOS AOS LIMITES DELA DECORRENTES.

ART. 5º - O DISPOSTO NESTA RESOLUÇÃO NÃO SE ESTENDE AOS ESCRIVENTES DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS, OS QUAIS SÃO EMPREGADOS COMPROMISSADOS DOS TITULARES DAS RESPECTIVAS SERVENTIAS.

ART. 6º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

ART. 7º - ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA  
PÚBLICAÇÃO.

SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO D A  
PARAÍBA, EM 05 DE FEVEREIRO DE 1992.



DES. EVANDRO DE SOUZA NEVES

-----

P R E S I D E N T E

-----